O SENTIDO DA VIDA E O PROPÓSITO DE DEUS

Sagid Salles

Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo: Este artigo trata de três objeções à teoria do propósito. Essa teoria afirma que o único sentido que a nossa vida pode ter é satisfazer um propósito que Deus nos atribuiu. A primeira objeção que trabalharei afirma que seria incompatível com a bondade de Deus que Ele nos punisse por não cumprirmos o seu propósito. A segunda sugere que a oferta de um céu por cumprirmos o seu propósito seria ofensiva, poderia ser encarada como exploração. Por fim, a última é a acusação feita por Kurt Baier de que o próprio fato de Deus nos atribuir um propósito seria ofensivo. Metz responde a essas três acusações em seu artigo "Poderá o propósito de Deus ser a única fonte de sentido para a vida?" acreditando escapar dessas acusações. Meu objetivo é mostrar que, embora Metz escape das duas primeiras, sua resposta ao argumento de Baier leva-o a ter que aceitar que Deus é injusto.

Palavras-Chave: teoria do propósito; sentido da vida.

Abstract: This paper deals with three objections to the purpose theory. This is the theory according to which the only meaning our lives can have is to satisfy a purpose given by God to us. The first objection to be dealt with claims that punishing us for not fulfilling His purpose is incompatible with God's goodness. The second suggests that it is offensive – an exploitation, really -- that God should offer us heaven in return for fulfilling his purpose. The third is Kurt Baier's accusation that it is in itself offensive that God should ascribe to us a purpose. Metz responds to these objections in his paper "Could God's Purpose be the Source of Life's Meaning?" believing he can discard them. I aim to show that although he can discard the first two, the way he answers Baier's argument forces him to accept that God is unjust.

Key-words: purpose theory, meaning of life.

Introdução

Thaddeus Metz acredita que a principal afirmação de uma teoria do sentido da vida centrada em Deus não é que "se Deus existe, a vida tem sentido" mas que "a vida só tem sentido se Deus existir". Nota-se que a segunda afirmação é mais forte que a primeira. A

afirmação "se Deus existe, então a vida tem sentido" não é interessante para os defensores de teorias centradas em Deus à medida que ela é perfeitamente compatível com a visão de que a vida teria sentido mesmo se Deus não existisse. Ela diz apenas que, caso Deus exista, a vida tem sentido, mas não que Deus é a única fonte de sentido para a vida. Em contrapartida, a idéia de que Deus é a única fonte de sentido possível para a vida está claramente exposta na afirmação "a vida só tem sentido se Deus existir". Desse modo, o que os defensores desse tipo de teoria devem mostrar não é apenas que a vida tem sentido caso Deus exista, mas também que nenhuma resposta alternativa (que afirme o sentido da vida independentemente da existência de Deus) é possível [1]. A teoria do propósito seria um exemplo de teoria centrada em Deus. Ela afirma que a vida só tem sentido à medida que satisfazemos um propósito atribuído a nós por Deus. Em seu artigo "Poderá o propósito de Deus ser a fonte do sentido da vida?"(s/d)[2], Metz argumenta que, embora a formulação mais plausível da teoria do propósito escape às acusações de que ela implicaria absurdidades

[1] William Lane Craig faz uma tentativa desse tipo em seu *The absurdity of life without God*. Não me ocuparei dessa tarefa aqui. Parto do pressuposto de que isto é, no mínimo, possível.

[2] Os seguintes artigos são retirados de uma ontologia, ainda não publicada, sobre o sentido da vida, intitulada *Viver para quê? Ensaios sobre o sentido da vida*. Lisboa: Dinalivro. Esses artigos, quando mencionados de maneira indireta, serão acompanhados da expressão "(s/d)" indicando que ainda não possuem data de publicação. Estão a seguir: Metz, Thaddeus. "Poderá o propósito de Deus ser a única fonte do sentido da vida?"; Baier, Kurt. "O sentido da vida"; Taylor, Richard**.** "O sentido da vida"; Tolstoi, Leão. "Confissão".

lógicas, ela não seria compatível com a formulação mais plausível da teoria centrada em Deus.

Não me ocuparei de sua tese principal aqui, qual seja, que a teoria do propósito não é compatível com a formulação mais plausível da teoria centrada em Deus. Meu objetivo neste texto diz respeito às acusações de que a teoria do propósito implicaria a imoralidade de Deus. Trabalharei três acusações desse tipo[3]. A primeira afirma que seria incompatível com a bondade de Deus que Ele nos punisse por não cumprirmos o seu propósito, a segunda afirma que a oferta de um céu por cumprirmos o seu propósito seria ofensiva por poder ser encarada como exploração. Por fim, a última é a acusação feita por Baier em seu "O sentido da vida" (s/d) de que o próprio fato de Deus nos atribuir um propósito seria ofensivo. Acredito que Metz escapa das duas primeiras objeções. Entretanto, argumentarei que sua resposta ao argumento de Baier leva-o a ter que aceitar que Deus seria injusto.

Este texto será dividido em duas partes. Na primeira exporei a teoria do propósito, as três objeções a ela, e como Metz escapa delas.

[3] Metz expõe quatro objeções desse tipo. Entretanto, acredito que podem ser resumidas em três. Isto porque as duas últimas objeções expostas por ele podem ser trabalhadas conjuntamente, por fazerem parte do mesmo argumento de Baier. Vale observar que seria perfeitamente possível trabalhar as quatro questões separadamente, e se não faço isso é por dois motivos. O primeiro é que não acredito ser necessário, pois a quarta objeção (exposta sob o título de "criação mal motivada") é uma extensão da terceira ("condescendência"). O segundo é que ao expô-las juntamente ganharei em clareza facilitando o leitor a perceber o nexo entre as acusações de Baier.

Na segunda trabalharei o argumento de Baier mais detalhadamente concluindo que, embora Metz consiga oferecer uma resposta a ele, sua resposta implicaria injustiça de Deus.

A Teoria do Propósito

Metz define uma teoria centrada em Deus como aquela que afirma que a vida de uma pessoa tem sentido unicamente à medida que ela tiver uma relação adequada com Deus.[4] A teoria do propósito seria um exemplo de teoria centrada em Deus, afirmando que pelo menos uma relação adequada a ter com Deus é satisfazer seu propósito. Em outras palavras, a vida tem sentido unicamente à medida que satisfizermos um propósito que Deus nos atribuiu. O autor explicita as vantagens desse tipo de teoria de maneira clara e direta no seguinte trecho:

> A teoria do propósito é uma explicação à partida atraente do que poderia dar sentido à vida. Explicita o que significaria "ter uma razão para existir" ou "ter um objetivo na vida". Acomoda-se ao fato de "propósito" ser um dos sinônimos de "sentido". Explica a intuição de que o que confere sentido à vida de alguém é uma questão objectiva, isto é, que o sentido não é meramente uma questão de satisfazer quaisquer desejos que uma pessoa por acaso tenha. Fornece um candidato plausível para o que poderá conferir importância às nossas vidas, nomeadamente um ser sagrado. Finalmente, adequa-se ao juízo de que a maior parte das pessoas (se

[4] Metz toma a questão de saber o que pode dar sentido às nossas vidas como a questão de saber o que há em nossas vidas que pode ser digno de grande estima. Entretanto alega que os argumentos apresentados não dependem desta caracterização, que pode ser controversa.

> não todas) são capazes de viver uma vida com sentido, mas que nem todas vivem de facto uma vida com sentido.[5]

Embora a teoria do propósito carregue essas vantagens, ela também carrega algumas sérias dificuldades. Uma das principais dificuldades, como veremos mais tarde, é a acusação de que ela implicaria a imoralidade de Deus. Também podem surgir dificuldades quanto à relação desse tipo de teoria com doutrinas ateístas e subjetivistas do sentido da vida. Falo um pouco sobre isso a seguir, começando pelo ateísmo.

Pode ser tentador acreditar que o ateísmo é uma maneira de negar a teoria do propósito. Entretanto, isso é falso. Negar a existência de Deus, por si só, não é um meio de se opor a ela. Alguém pode muito bem aceitar que Deus não existe e ao mesmo tempo que a vida só teria sentido se ele existisse e tivesse um propósito para nós. Portanto, a teoria do propósito não está comprometida com a existência de Deus, ela se baseia em uma condicional, o que significa que, caso Deus não exista, ela implicará que nossas vidas são destituídas de sentido. Podemos, por exemplo, pensar como Tolstoi e acreditar que não há valor que não seja aniquilado pela morte: não importa quão boa sua vida seja, a morte chegará e o que restará é apenas podridão e vermes. Nessa perspectiva, a única maneira de

[5] Metz, Thaddeus. "Poderá o propósito de Deus ser a única fonte do sentido da vida?" In: Viver para que? Ensaios sobre o sentido da vida. Murcho, Desidério (org.). Lisboa: Dinalivro, no prelo. p.47.

atribuir um sentido às nossas vidas seria a existência de um Deus capaz de nos proporcionar imortalidade e um sentido objetivo.

Também não é certo até que ponto doutrinas como as de Sartre e Taylor seriam ameaçadoras para os defensores da teoria do propósito. Esses filósofos, embora neguem a existência de um sentido objetivo para a vida, atribuem sentido subjetivo a ela. William Lane Craig em seu artigo "The Absurdity of Life Without God" (1994), argumenta explicitamente a favor da compatibilidade de declarações como as de Sartre em seu "O existencialismo é um humanismo" com a visão de que só Deus poderia dar um sentido objetivo à vida, isto é, que só ele poderia dar-nos uma razão para viver que extrapole meras questões de preferência. No artigo mencionado Sartre declara que:

> Já que eliminamos Deus nosso senhor, alguém terá de inventar valores. Temos de encarar as coisas como elas são. E, aliás, dizer que nós inventamos os valores não significa outra coisa senão que a vida não tem sentido a priori. (SARTRE, 1987, p. 21)

Richard Taylor, por sua vez, argumenta que a vida é uma atividade repetitiva, cíclica, que nunca resulta em coisa alguma (2000). Em um ponto de vista objetivo, nossas vidas são tão sem sentido quanto a de Sísifo [6]; mas nossa vida tem um sentido subjetivo, qual seja, compulsão interna para fazer sempre o mesmo. É como se

[6] Sísifo é um personagem da mitologia que foi condenado a passar a vida a rolar uma pedra gigantesca ao cume de uma montanha. Entretanto, a pedra sempre caía e ele tinha de carregá-la novamente. O que continuou pela eternidade.

estivéssemos drogados para gostar de viver uma vida que, objetivamente, não vale a pena. Perspectivas como essas, acredito, não são incompatíveis com a teoria do propósito.

Obviamente pode-se objetar que as perspectivas de Taylor e Sartre diferenciam-se da teoria do propósito à medida que o que eles afirmam não é que a vida é destituída de sentido, mas apenas que ela não possui um sentido objetivo (num mundo sem Deus). Estes filósofos, ao atribuírem um sentido subjetivo à vida, independentemente da existência de Deus, se diferenciam radicalmente dos defensores da teoria do propósito. Os defensores de teorias centradas em Deus não defenderiam nenhum sentido para a vida, nem mesmo subjetivo, onde Deus não exista. Dessa maneira, poderíamos afirmar com segurança que perspectivas como as de Sartre e Taylor são meios eficazes de negar as teorias centradas em Deus. O problema que surge aí é até que ponto poderíamos considerar satisfatório esse sentido subjetivo atribuído por eles à vida. Em outras palavras, até que ponto podemos considerar um "sentido inventado" (como propõe Sartre) real, ou ainda, até que ponto podemos nos conformar que o único sentido da vida é uma compulsão interna para realizar atividades sem sentido (como propõe Taylor)? O defensor da teoria do propósito poderia perguntar até que ponto podemos considerar essa asserção de sentido válida, isto é, por que não diríamos que nesses casos a vida simplesmente não tem sentido?

Não pretendo concluir que Sartre ou Taylor não poderiam oferecer uma resposta a essa pergunta, minha intenção é apenas deixar claro que não é certo em que medida essas perspectivas se distanciam das teorias centradas em Deus. O que pretendo sugerir é que existem maneiras mais simples de negar a teoria do propósito. Uma primeira maneira seria argumentar na direção de mostrar que a existência de um Deus com propósito implica a falta de sentido da vida, ou seja, aceitar a condicional "se Deus tem um propósito para nós, então nossa vida não tem sentido". Outro modo seria apontar contradições internas que desqualificassem a teoria do propósito. Veremos objeções dos dois tipos neste texto, antes, contudo, devo falar um pouco sobre as diferenças que podem surgir entre os defensores da teoria do propósito.

Metz menciona quatro diferenças básicas que podem surgir entre os defensores dessa teoria. Essas diferenças resultam de suas concepções a) de Deus, b) do propósito de Deus, c) do modo como Deus nos atribui tal propósito e d) quanto ao modo como iremos cumpri-lo. Quanto à concepção de Deus, o filósofo aceita que Deus é pelo menos um ser espiritual, todo poderoso, sumamente bom, onisciente e fundamento do universo físico. Vale lembrar ainda que a teoria do propósito é compatível tanto com concepções teístas (que afirma Deus como pessoal e transcendente) como com concepções deístas (Deus não é pessoal, é uma força, não digna de culto) e panteístas (Deus esta em toda natureza, se identifica com ela). No que

diz respeito ao conteúdo do propósito de Deus (b), Metz ressalta pelo menos dois pontos de discordância entre os defensores dessa teoria. O primeiro diz respeito ao próprio conteúdo do propósito, isto é, pode-se desenvolver diferentes respostas à pergunta "qual é o propósito de Deus?". O segundo pode ser expresso por uma pergunta que surge quando tentamos delimitar o seu propósito, a pergunta seria "como podemos conhecer o propósito de Deus?". Pode-se objetar que devido à impossibilidade ou extrema dificuldade de respondermos à segunda pergunta, nós não poderíamos apontar uma resposta para a primeira. E isso, por sua vez, seria um sério problema para a teoria do propósito. Metz estava consciente dessa dificuldade, ele argumenta que ela, por si só, não pode desqualificar a teoria do propósito, desde que reconheçamos que a questão é passível de resposta racional. Nas palavras do autor: "o utilitarismo tem sido largamente encarado como um bom candidato a uma teoria moral, apesar da enorme dificuldade de saber que ação produziria realmente os melhores resultados."[7]

Ora, se essas dificuldades não são motivos para desqualificarmos o utilitarismo, então também não seriam suficientes para desqualificarmos a teoria do propósito. As diferenças relativas ao modo que Deus poderia atribuir-nos um propósito (c) dizem respeito a questões do seguinte tipo: "Deus ordena que realizemos o seu propósito?", "Deus poderia nos punir por não realizarmos o seu

[7] Metz, Thaddeus. Ibidem. p. 51.

propósito?" (essas questões serão discutidas mais à frente). Por fim, a maior parte dos defensores da teoria do propósito defendem que o modo como devemos cumprir o propósito de Deus (d) é através do livre arbítrio, embora seja possível alegar que estamos determinados a cumpri-lo.

Com o que foi dito até aqui espero ter conseguido oferecer uma ideia do que seria uma teoria do propósito e de suas variações, ou seja, em que pontos seus defensores podem divergir. Passo para um nível posterior da discussão agora, expondo três formas de objetar que esta teoria implicaria a imoralidade de Deus. Essa crítica se baseia na afirmação de que seria imoral Deus nos atribuir um propósito. Embora Metz trabalhe quatro maneiras de objetar que Deus estaria sendo imoral se nos atribuísse um propósito, não farei distinção entre as duas últimas, tratá-las-ei conjuntamente por fazerem parte de um mesmo argumento de Baier. A primeira acusação é que seria desrespeitoso que Deus nos punisse com a danação eterna por não cumprirmos o seu propósito, a segunda é que seria ofensivo que Ele nos recompensasse para fazer o que Ele determinou. A última afirma que o próprio fato de Deus nos atribuir um propósito seria ofensivo. Argumentarei que Metz escapa das duas primeiras mostrando que o defensor da teoria do propósito não precisa aceitá-las. Quanto à última, argumentarei na próxima parte que Metz não escapa realmente dela, pois sua saída o levaria a ter que aceitar que Deus é injusto.

As Críticas à Teoria do Propósito

A primeira objeção se baseia na noção bastante intuitiva de que restringir as escolhas de alguém por meio de ameaças é imoral. Ora, não seria justamente isso que Deus faz ao ameaçar nos punir com a danação eterna caso escolhamos não cumprir o seu propósito? W. L. Craig [8] argumenta que a certeza que temos diante da punição divina deveria ser confortante, seria um consolo para os justos saber que as pessoas ruins vão pagar pelo que fizeram, mesmo que escapem da justiça dos homens, não escaparão da justiça de Deus. Além disso, a punição divina seria o único motivo para fazer o bem em lugar do mal. Há pelo menos dois problemas que tornam essa resposta difícil. O primeiro é que dizer que a punição dos injustos serviria de consolo para os justos parece implicar um certo desejo de vingança nos justos, pode-se chamar desejo de justiça, mas de toda forma é algo que ocorre através do prazer que os justos teriam em ver os injustos punidos. A segunda dificuldade envolvida na concepção de Craig que é, no mínimo, disputável que o único motivo que teríamos para fazer o bem em lugar do mal é a punição divina, isso exigiria uma argumentação à parte. De toda forma, acredito que Metz oferece uma saída mais simples para o problema. Ele argumenta que, se não achamos

[8] Podemos encontrar os argumentos em seu "The absurdity of life without God" *(1994)* na pág 49. Nota-se, por exemplo, o seguinte trecho: "A second problem is that if God does not exist and there is no immortality, then all the evil acts of men go unpunished and all the sacrifices of good men go unrewarded".

desrespeitoso que o Estado castigue merecidamente quem viola leis justas, então não teríamos motivo para achar a punição divina desrespeitosa. Podemos encontrar esse argumento no seguinte trecho: "Logo, se não seria desrespeitador que um estado fizesse ameaças no contexto de um sistema penal retribuitivo, não seria desrespeitador que Deus fizesse ameaças ao fazer o mesmo." [9]

Podemos pensar em outros exemplos ainda. Seria desrespeitador um pai ameaçar castigar um filho caso ele fizesse algo errado (por exemplo, pegar o carro sem permissão, ou bater no seu irmão)? Se aceitamos que a resposta a essa pergunta é não, então não temos motivos para aceitar que a punição divina seria desrespeitosa. Todavia, há algo que essas analogias não captam, poderíamos dizer que nenhum mal merece ser punido com a danação eterna, seria desrespeitoso punir-nos eternamente, pois nenhum erro é tão grave que mereça tal punição. Para resolver esse problema, afirma Metz, o teórico do propósito deveria substituir a noção de punição eterna pela de punição finita. O defensor da teoria do propósito não está comprometido com a ideia de punição infinita, ele pode muito bem aceitar que a punição que Deus nos impõe é finita.

A segunda acusação é que a própria oferta de um céu por parte de Deus é desrespeitosa. Ela poderia ser encarada como exploração. Do mesmo modo que é exploração oferecer comida a um

[9] Metz, Thaddeus. Ibidem. p.54.

faminto para que ele faça o que quisermos, é exploração oferecer um céu para aqueles que fizerem a vontade de Deus, isto é, cumprirem o seu propósito. Uma primeira saída para essa acusação seria negar que Deus nos ofereça uma recompensa para que realizemos o seu propósito. No entanto, Metz acredita que o defensor da teoria do propósito poderia conciliar perfeitamente a recompensa da bem-aventurança eterna com sua teoria. Se no exemplo anterior a recompensa pareceu ofensiva é por que naquele caso a recompensa envolveu prejuízo, dano, da pessoa recompensada. O filósofo argumenta que não seria óbvio alegar exploração num caso em que uma pessoa ofereça comida para um faminto em troca da manutenção do seu agir racional ou de trabalho parcial numa cozinha de alimentação de pobres. Se não consideramos que isso é exploração, então não temos motivo para aceitar que seja exploração que Deus nos recompense para realizarmos o seu fim, desde que seu fim não envolva dano ou prejuízo. Podemos, por exemplo, imaginar que o propósito de Deus seja que ajamos moralmente e sejamos felizes.

A terceira e última crítica trabalhada por Metz é a feita por Baier, que argumenta em seu artigo "O sentido da vida" que o próprio fato de Deus nos atribuir um propósito seria ofensivo. Sua tese mais forte seria "se Deus tem um propósito para nós, então a vida não tem sentido". Baier pensava que "atribuir a um ser humano um propósito nesta acepção não é neutro, nem sequer lisonjeiro: é ofensivo" (s/d, p. 31.). Seria ofensivo que Deus nos atribuísse um fim do mesmo modo

que é ofensivo perguntar a um empregado "para que você serve?". A teoria do propósito encara o ser humano como se fosse um artefato divino, um produto divino cuja função é realizar o propósito que seu fabricante lhe destinou. Em resumo, é degradante para o ser humano ser encarado como um mero meio para realizar o propósito de Deus. Inicialmente, pode-se pensar que uma saída para essa questão é alegar que o propósito de Deus é de nosso interesse. No entanto, isso não responde à objeção de Baier à medida que o que ele coloca em questão não é o conteúdo do propósito de Deus, mas o próprio ato de Ele atribuir um propósito a nós. A maneira de escapar à objeção seria mostrar que não é ofensivo que Deus nos atribua um propósito, isto é, o fato de Ele ter um propósito para nós não significaria que Ele nos trate meramente como meios.

Metz argumenta que não precisamos supor que o ato de atribuir um propósito seja ofensivo. Em primeiro lugar poderíamos imaginar que Deus nos atribui um propósito através de um pedido e não de um mandamento. Não parece, afirma ele, que seria insultuoso se Deus nos pedisse que fôssemos, fazendo uso de nosso livre arbítrio, pessoas morais (ver pág 57). Não acredito que substituir um mandamento por um pedido faça grande diferença aqui, pois, mesmo aceitando que Deus nos fizesse um "pedido" a nossa condição seria a mesma, isto é, seríamos meios para realizar o seu propósito. Poderíamos pensar num exemplo em que uma mãe decide gerar um filho com o propósito de que ele seja músico. Mesmo que a mãe não

influenciasse na decisão de seu filho, não é certo que esta não seria uma situação desrespeitosa. Metz estava ciente de dificuldades como estas, como podemos ver no seguinte trecho: "Agir meramente segundo a máxima de criar uma criança para ser um músico poderá ser desrespeitador, ainda que a criança não seja de modo algum manipulada para ser um músico nem 'reduzida' à sua aptidão musical."[10]

Metz estava ciente ainda de que "em contraste, não pareceria desrespeitador fazer um bebê para promover um ser que estabelecerá os seus próprios fins."[11]

Em resumo, o argumento de Baier poderia ser expresso pelo seguinte princípio: "é desrespeitador criar um ser racional para qualquer propósito que não o de este realizar seus próprios propósitos". Se Deus nos cria com propósitos tais como viver moralmente, então Ele nos cria para um propósito que não é o de realizar nossos próprios propósitos. Portanto, Deus agiria desrespeitosamente e nada muda em nossa condição. Continuamos como meios para a realização de seus fins.

A maneira que Metz encontrará para escapar das objeções de Baier é contestar seu princípio. Ele afirma que "é claro que alguém que criou uma pessoa para ter outro agente moral na terra estaria a tratar

[10] Metz, Thaddeus. Ibidem. p. 58.
[11] Metz, Thaddeus. Ibidem. p.58.

esta pessoa como meio, mas não é óbvio que estaria a tratar meramente como um meio" (s/d. pág. 59). À medida que não temos motivo para supor que Deus tenha nos coagido, manipulado, interferido em nosso livre arbítrio ou qualquer coisa do tipo, não temos também motivos para aceitar que fosse ofensivo ou insultuoso que Ele nos atribuísse um propósito. Em outras palavras, Baier não deixa claro por que o fato de Deus nos atribuir um propósito seria ofensivo, nos colocaria em uma condição de artefatos divinos.

Se Metz tem sucesso em sua tentativa de escapar às objeções tratadas aqui, então ele mostra que a teoria do propósito não precisa implicar o absurdo de que Deus seja imoral. Nota-se que o substancial da resposta de Metz a Baier não é que ele mostra que a teoria do propósito não passa uma imagem degradante do homem, mas que ele transfere o ônus da prova para Baier. Em outras palavras, é Baier quem tem que dar sentido à afirmação de que a atribuição de um propósito ao ser humano é degradante.

Na próxima parte discutirei mais detalhadamente o argumento de Baier. Argumentarei que, embora seja possível pensar em um caso em que a atribuição de um propósito por Deus a nós não seja ofensiva, Metz teria que assumir também que Deus não é justo. Concluirei que existe uma maneira de escapar da acusação de que Deus seria injusto, mas essa maneira levaria o defensor da teoria do propósito novamente a ter que assumir que o propósito divino é

ofensivo, pois implicaria que Deus restringe nossa capacidade de escolha para que sigamos o seu propósito.

Discussão do Argumento de Baier

Vimos que Metz argumentou que uma vez que não precisamos supor que Deus não nos coaja ou manipule não é claro o porquê dele estar nos tratando meramente como meios para atribuir-nos um fim. Entretanto, o que Baier coloca em questão não é a justiça, manipulação ou coação de Deus. Pensemos no seguinte exemplo: uma mulher sempre quis ter um músico na família e decide gerar uma criança devido a esse propósito. Todavia, a mãe jamais interfere na escolha da criança, trata-a com respeito, carinho e amor por toda a vida. Imaginemos também que a criança está à beira da morte (devido a uma doença, etc.) e a mãe diz a ela "filho, te gerei com um propósito de que foste músico". Isso, definitivamente, não é nada agradável. Mas por que isso não seria agradável? Essa é uma situação desagradável meramente porque atribuir um propósito a um ser racional é ofensivo? O teórico do propósito poderia dizer que não, essa é uma situação desagradável porque representa um caso em que uma mãe fala a coisa errada na hora errada. Nós não esperamos que, na hora da morte de seu filho, a mãe esteja preocupada com o propósito que ela tinha para ele. É simplesmente por isso que essa situação é

desagradável. Mas, poderia replicar Baier, se pensamos numa situação onde a mãe não disse isso ao filho, então a única coisa que muda é que seu filho não conhecerá o propósito que ela lhe atribuiu. A ofensa é a mesma.

O defensor da teoria do propósito poderia responder a isso de duas maneiras. Em primeiro lugar, ele pode dizer que no caso em que a mãe não conta ao filho não há ofensa, pois a ofensa surge apenas do fato de ela quebrar uma norma social que diz que, em casos como este, a mãe não deveria estar preocupada com seus próprios interesses, com o propósito que ela atribuiu ao filho. Em segundo lugar, ele pode objetar que se a situação ainda parece ofensiva, mesmo depois de supormos que a mãe não contou ao filho, é devido ao conteúdo do propósito dela. Se o propósito dela fosse que o filho tivesse uma vida moral e feliz, então a dificuldade não surgiria. No parágrafo seguinte argumentarei que, embora essa resposta seja melhor que a primeira, ela carrega um problema.

A segunda resposta é melhor que a primeira porque torna mais evidente a ideia que nem todos os propósitos poderiam dar sentido à nossa vida. Ela reconhece que no caso da música a atribuição de um propósito poderia ser ofensivo, mas que podemos pensar em propósitos cujo conteúdo não seja ofensivo e, uma vez que demonstramos que o conteúdo não é ofensivo, não teríamos motivos para supor que a atribuição de um propósito, por si só, seja ofensiva.

No caso em que uma mãe tem um filho com o propósito de que ele seja uma pessoa moral e feliz não há, aparentemente, ofensa (como mostrei na parte anterior, Metz argumenta nessa direção). Podemos dizer ainda que do mesmo modo que um pai não está degradando seus filhos ao desejar que um aja moralmente em relação ao outro, que um não prejudique o outro, já que ele os ama igualmente, Deus não estaria nos degradando ao ter o mesmo propósito para nós. Ao contrário, se Ele tem esse propósito para nós é justamente por considerar cada um de nós como um fim e não como um meio. Diríamos "Deus nos ama igualmente e por isso Ele deseja que sejamos morais fazendo uso de nosso livre arbítrio, que não prejudiquemos uns aos outros". O que seria realmente ofensivo é Ele não desejar isso.

Acredito que essa possível saída de Metz encontra alguns problemas. Primeiramente, desejo sustentar que se Metz tentasse argumentar que o propósito de Deus é o mesmo para cada um de nós, então ele teria que aceitar também que Deus é injusto. Pensemos no seguinte, nós nascemos em diferentes circunstâncias, com diferentes culturas, valores, etc. Mesmo entre dois vizinhos as diferenças de circunstâncias saltam aos olhos, duas crianças vizinhas podem ter diferentes pais, com diferentes tipos de educação, religião, crenças, entre outros. Cada pai ensinará ao filho aquilo que acha correto. É fácil perceber que fatores como esses podem influenciar bastante em nossa formação. Se aceitarmos isso, e ao mesmo tempo aceitarmos que o propósito de Deus é o mesmo para cada um de nós, então temos

de aceitar também que nós largamos em diferentes situações rumo ao seu cumprimento. Por exemplo, suponhamos que o propósito de Deus para nós é que cada um seja moral e feliz. Nesse caso, eu que nasci em uma casa razoavelmente boa com um pai e uma mãe que me deram uma educação razoável e declaravam de tempo em tempo seu amor por mim, terei de cumprir o seu propósito e serei julgado por isso, correndo risco de receber uma punição finita. Do mesmo modo, uma criança que nasce em uma favela dominada pelo tráfico, castigada pela fome e violência, também será julgada à medida que cumprir ou não o propósito divino.

Mas estaríamos nós nas mesmas condições? As circunstâncias em que nascemos são igualmente favoráveis para o cumprimento desse propósito comum que nos foi atribuído? Nota-se que não estou contestando que seria perfeitamente possível que ambos cumpríssemos o propósito de Deus ou até mesmo que a outra criança cumprisse e eu não. Aceito essa possibilidade. O que eu pergunto é se as diferentes situações em que nascemos são igualmente favoráveis ao cumprimento desse propósito. Da mesma maneira que um corredor que larga um metro à frente do outro estaria, em princípio, em uma situação favorável em relação ao seu oponente, uma criança que nasce em um contexto mais apropriado estaria em melhores condições de cumprir o propósito divino que aquela nascida em um meio desfavorável. Em outras palavras, o que eu pretendo sustentar é que à medida que reconhecemos que pessoas nascem em diferentes

contextos devemos reconhecer que existem contextos mais e menos favoráveis para o cumprimento do propósito divino.

É claro que isso pode ser contestado, mas a maneira de contestar seria alegar que nem mesmo em circunstâncias extremamente opostas haveria vantagem de uma pessoa em relação à outra. Além disso, essa seria uma afirmação consideravelmente contra-intuitiva, que exigiria demonstração (se é que é possível demonstrar tal coisa). Assim, se eu estou correto, então a declaração de que Deus teria o mesmo propósito para todos nós [12] não é compatível com a declaração de que Ele é justo. Isto por que não seria justo atribuir um propósito comum a todos os homens e ao mesmo tempo colocá-los em contextos tão diferentes, uns mais e outros menos favoráveis ao seu cumprimento. Deus nos atribuiu o mesmo propósito, diríamos, mas deu a uns mais chance de cumpri-los que a outros.

Neste ponto o teórico do propósito poderia dizer que Deus nada tem a ver com as diferenças sociais citadas acima, que se elas existem a culpa é nossa. De maneira mais clara, somos nós os únicos causadores dos problemas mencionados acima. Entretanto, acredito que essa resposta não seria suficiente por, pelo menos, dois motivos. Em primeiro lugar, mesmo que assumíssemos a culpa pelo fato de

[12] Não faz diferença aqui se falamos em um ou vários propósitos divinos, desde que sejam os mesmos para todos.

nossos descendentes nascerem em situações mais e menos favoráveis para o cumprimento do propósito divino, isso não mudaria o fato de Deus permitir que pessoas inocentes nascessem nessas diferentes situações. Ora, quem está nascendo no momento não tem culpa pelo que nós fizemos, não tem culpa alguma pela violência do lugar em que nasceu. O caso é que Deus permite que essa criança pague pelos nossos erros. Em segundo lugar, poderíamos mencionar os problemas que não são de natureza social como, por exemplo, uma criança que nasce com determinado problema físico do qual os pais não são culpados. Essa criança, poderíamos dizer, dependendo da enfermidade com a qual nasce, terá menos chance de cumprir o propósito divino que aqueles que nascem perfeitamente saudáveis.

Ainda, dizer que essas crianças que, por alguma eventualidade nasceram com deformidades, são abençoadas por receberem a chance de cometer atos heróicos também não muda nada. Isso seria torná-los privilegiados e, consequentemente, transferir o problema para o lado das pessoas saudáveis. Em outras palavras, se dizemos que essas crianças deficientes possuem mais chance de cumprir o propósito divino que pessoas saudáveis, então temos de explicar por que as últimas não estariam sendo prejudicadas, e assim retornamos ao mesmo problema. E, por fim, também acredito que nada adiantaria alegar que Deus "tem dois pesos e duas medidas", ou seja, que Ele julga cada um de acordo com a dificuldade encontrada ao longo da vida. Pessoas que tiveram uma vida mais difícil teriam um julgamento

mais brando que aquelas que tiveram uma vida com mais facilidades. Aceitar essa hipótese não nos livra da acusação de que Deus nos deu o mesmo propósito, porém diferentes chances de cumpri-lo. O que muda aqui é apenas a forma como Ele nos julgará, mas o que está em jogo não é isso e sim o fato de todas as pessoas receberem o mesmo propósito e, no entanto, nascerem em situações diferentes em relação ao seu cumprimento. Afinal, por que foi negado a uns a mesma chance de cumprir o propósito divino que a outros? Por que eu não poderia reivindicar o direito de ter a mesma chance de cumpri-lo que outros? Se cumprir o propósito divino é uma coisa boa a ponto de poder ser considerada como o único sentido da vida, então é uma falta grave que uns tenham menos chance de cumpri-lo que outros.

Portanto, se eu estou certo, restaria uma única alternativa ao defensor da teoria do propósito alegar que Deus atribuiu diferentes propósitos para diferentes pessoas. Mas essa seria mesmo uma alternativa viável? Desejo mostrar que não. Se o defensor da teoria do propósito afirma que Deus atribui diferentes propósitos para diferentes pessoas, cada qual de acordo com o contexto de cada um, então ele não terá como escapar da objeção feita por Baier. Aceitar que nascemos em um contexto adequado ao cumprimento do propósito que Deus nos atribuiu é aceitar que nascemos em um contexto menos adequado para o cumprimento de outros propósitos de igual valor. Posso supor que existam propósitos de igual valor à medida que posso supor que Deus não atribuiria um propósito de valor menor a uma

outra pessoa (cujo propósito fosse diferente do meu). Em outras palavras, o contexto em que nascemos seria mais adequado ao cumprimento do propósito que Deus tem em mente para nós.

Ora, essa seria uma forma ofensiva de nos tratar como meios, de interferir em nosso livre arbítrio ou nos manipular para que realizemos o seu propósito. Por exemplo, suponhamos que uma pessoa nasça com o propósito divino de ser um poderoso advogado que trabalhará em causas sociais, esta pessoa nasce em uma família, lugar, contexto apropriados a este fim e, caso acabe se decidindo por outro, poderá encontrar sérias dificuldades. Ainda, não importa o quão valoroso seja o propósito que Deus atribuiu a mim, ainda assim posso julgar ofensivo Ele ter restringido a minha escolha no que diz respeito ao cumprimento de vários outros fins de igual valor. Deus planejaria nossa vida da maneira mais adequada possível para o cumprimento do propósito dele. Isso seria uma maneira central de nos tratar como meios, de nos manipular. Uma vez que o teórico do propósito reconhece vários propósitos de igual valor (nomeadamente, aqueles diferentes propósitos atribuídos às diferentes pessoas) não há por que não alegarmos o direito de escolher qual buscar.

Conclusão

Embora Metz consiga mostrar um caso em que a atribuição de um propósito a nós por parte de Deus, por si só, não seja ofensiva, ao

fazer isso ele seria obrigado a assumir que Deus é injusto. Para escapar da acusação de injustiça ele teria de supor que Deus atribui diferentes propósitos às diferentes pessoas. Eu argumentei que não é possível supor tal coisa sem implicar que Deus interfira em nosso livre arbítrio ou restrinja nossa capacidade de escolha. Desse modo, minha conclusão não foi que o fato de Deus nos atribuir um propósito seria ofensivo por si mesmo, mas que envolveria uma forma central de tratar os homens como meios, uma forma que Metz aceita como ofensiva, que envolve a restrição da nossa escolha para que sigamos o seu propósito.

Referências Bibliográficas

BAIER, Kurt. O sentido da vida. In: Viver para quê? Ensaios sobre o sentido da vida. Lisboa: Dinalivro; Murcho, Desidério (org.) (no prelo).

CRAIG, William Lane. The absurdity of life without God. In: Reasonable faith: Christian truth and apologies. Good news publishers/ Crossways books, Wheaton, Illinois. 1994.

METZ, Thaddeus. Could God's Purpose be the Source of Life's Meaning? Religious Studies, 36:293-313, 2000.

METZ, Thaddeus. Poderá o propósito de Deus ser a fonte do sentido da vida? In: Viver para que? Ensaios sobre o sentido da vida. Lisboa: Dinalivro; Murcho, Desidério (org.) (no prelo).

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Tradução: Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. Os Pensadores – Nova Cultural, São Paulo, 1987.

TAYLOR, Richard. O sentido da vida. In: Viver para que? Ensaios sobre o sentido da vida. Lisboa: Dinalivro; Murcho, Desidério (org.) (no prelo).

TAYLOR, Richard. Metaphysics. Prentice-Hall foundations of philosophy series. New Jersey, 1992.

TOLSTOI, Leão. Confissão (excertos). In: Viver para que? Ensaios sobre o sentido da vida. Lisboa: Dinalivro; Murcho, Desidério (org.) (no prelo).